



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
PROTOCOLO GERAL 1270/2023  
Data: 27/11/2023 - Horário: 18:18  
Legislativo - PLL 24/2023

<b>EXPEDIENTE</b>  Data: <u>27</u> / <u>11</u> / 2023	<b>DECISÃO PLENÁRIA</b> - Data: ____ / ____ / 2023	
	( <input type="checkbox"/> ) APROVADO ( <input type="checkbox"/> ) REPROVADO	Visto Secretário: _____

**PROJETO DE LEI Nº 024/2023.**

Institui o auxílio-saúde aos servidores efetivos, comissionados e Membros da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

**A Câmara Municipal de Diamantino**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o auxílio-saúde, de caráter indenizatório, aos servidores efetivos, comissionados e membros da Câmara Municipal de Diamantino/MT, mediante pagamento mensal, em pecúnia, na folha de pagamento do mês anterior ao de competência, na forma desta Lei.

**Art. 2º.** O auxílio-saúde destina-se a ressarcir parcialmente, em caráter indenizatório, as despesas decorrentes de gastos relativos à saúde suplementar.

**Parágrafo único.** Para fins desta Lei considera-se saúde suplementar a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, psiquiátrica, farmacêutica, fisioterapêutica, nutricional e de enfermagem na forma de auxílio financeiro para vereadores e servidores que contratarem diretamente serviços, a fim de ressarcir as despesas de exames e/ou procedimentos médicos, consultas particulares, aquisição de medicamentos, vacinas ou contratação de planos ou seguros privados de assistência à saúde/odontológicos, sem prejuízo de outros semelhantes.

**Art. 3º.** O valor do benefício de assistência suplementar à saúde, concedido a vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal de Diamantino-MT será de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), o qual será corrigido anualmente pelos índices do IPCA-E, na data base do serviço público municipal.

**Art. 4º.** O auxílio-saúde de que trata esta lei:

**I** - não terá natureza salarial, nem se incorporará à remuneração para quaisquer efeitos, inclusive para concessão de gratificação natalina;

**II** - não se configurará como rendimento tributável e nem se constituirá base para incidência de contribuição previdenciária;



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

**III** - não poderá ser percebido com outro auxílio ou benefício de mesmo título ou por idêntico fundamento;

**IV** - não integrará a base de cálculo para margem consignável.

**Art. 5º.** São fatos geradores de despesas inerentes à Administração, especialmente em cumprimento ao disposto no art. 39, §3º, e no art. 7º, XXII, da Constituição Federal, mas arcadas pelo servidor, que dão direito ao recebimento do Auxílio-Saúde:

**I** - assistência médica e hospitalar;

**II** - assistência odontológica, nutricional, terapêutica, psicológica, farmacêutica e fonoaudiológica;

**III** - aquisição de fármacos, órteses e próteses;

**IV** - ações relacionadas à prevenção e redução do risco de doença, acidentes e de outras hipóteses de perda de saúde;

**V** - ações relacionadas à promoção e recuperação da saúde.

**Parágrafo único.** Eventual dúvida acerca da configuração de fatos geradores de despesas inerentes à Administração, especialmente em cumprimento ao disposto no art. 39, §3º, e no art. 7º, XXII, da Constituição Federal, mas arcadas pelos Vereadores e servidores, que dão direito ao recebimento do Auxílio-Saúde, será dirimida pela Coordenação-Geral, após manifestação da Assessoria Jurídica e Controladoria Interna da Câmara Municipal de Diamantino/MT.

**Art. 6º.** Para fins desta Lei, são considerados vereadores e servidores da Câmara Municipal de Diamantino/MT:

**I** - os Vereadores titulares;

**II** - os Vereadores suplentes quando em exercício;

**III** - os servidores efetivos;

**IV** - os servidores ocupantes de cargo em comissão, exceto os servidores cedidos para a Câmara Municipal;

**Art. 7º.** As despesas inerentes à Administração, especialmente em cumprimento ao disposto no art. 39, §3º, e no art. 7º, XXII, da Constituição Federal, mas arcadas pelo vereador ou servidor, apresentadas ou não, e por motivo de foro íntimo omitidas, no relatório declaratório de ocorrência de fato gerador, consideram-se compensadas com o pagamento do valor disposto no art. 3º desta Lei, não podendo Vereador ou servidor, sob qualquer justificativa, reclamar montante adicional.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**Art. 8º.** Para a manutenção do benefício, os beneficiários deverão comprovar, anualmente, a adesão e o pagamento a plano de saúde e/ou a ocorrência periódica de ao menos um dos fatos geradores elencados no artigo anterior, através de relatório declaratório, que será disponibilizado pela Coordenação Geral.

§ 1º O valor do auxílio-saúde fixado no art. 3º desta Lei será pago aos Membros e servidores da Câmara Municipal de Diamantino, mediante apresentação anual de relatório declaratório de ocorrência de fato gerador, com a apresentação de exames, laudos, receitas médicas, recibos, notas fiscais, comprovante de pagamento, dentre outros que se fizerem necessários.

§ 2º Nos casos de adesão a plano de saúde fica dispensado o relatório disposto no parágrafo anterior, devendo ser apresentada, anualmente, a ficha financeira expedida pela operadora do plano.

§ 3º As cópias dos exames, laudos, receitas, encaminhamentos médicos, cirurgias, fichas financeiras, dentre outros, deverão ser apresentadas à Coordenação Geral da Câmara Municipal de Diamantino, que as manterão em arquivos próprios, em caráter sigiloso, em razão da Lei Geral de Proteção de Dados;

§ 4º Com a finalidade de melhor controle e disposição da verba, a comprovação prevista neste artigo, deverá ser apresentada dentro do exercício fiscal (01/01 até 31/12 - de cada ano). Excepcionalmente o ano corrente não contará com o período de comprovação anual, findando-se em 31/12/2023.

**Art. 9º.** O Auxílio-Saúde será suspenso ou cancelado, conforme o caso, a pedido do beneficiário ou por iniciativa da Câmara Municipal, nas seguintes hipóteses:

**I** - falta de apresentação do relatório declaratório de ocorrência de fato gerador;

**II** - exoneração, demissão ou renúncia de direito;

**III** - falecimento;

**IV** - licença ou afastamento sem remuneração, exceto em caso de licença para tratamento de doença própria ou em parente consanguíneo ou afim até o 2º grau;

**V** - decisão judicial;

**VI** - recebimento de vantagem semelhante, cuja informação foi omitida pelo beneficiário;

**VII** - prestação de informações inverídicas pelo beneficiário;



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**VIII - extinção das condições previstas nesta Lei;**

**IX - encerramento do mandato ou retorno à suplência.**

§ 1º Nos casos previstos nos incisos VI e VII, o beneficiário, além do ressarcimento de valores recebidos indevidamente, poderá sofrer as sanções previstas na legislação vigente.

§ 2º Verificado a qualquer tempo o pagamento indevido do Auxílio-Saúde, o beneficiário restituirá os valores recebidos.

§ 3º Eventual dúvida acerca da configuração das hipóteses de suspensão ou cancelamento do Auxílio-Saúde será dirimida pela Mesa Diretora no caso dos Vereadores, e pelo Setor de Recursos Humanos no caso dos servidores, após manifestação da Assessoria Jurídica e da Controladoria Interna.

**Art. 10** As despesas decorrentes da instituição desta assistência à saúde suplementar no âmbito do Poder Legislativo Municipal, serão custeadas com orçamento da própria Câmara Municipal, respeitadas eventuais limitações Constitucionais e Legais, bem como se observará a disponibilidade orçamentária e financeira de cada exercício.

**Art. 11** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2023.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 27 de novembro de 2023.

  
**Arnildo Gehhardt N-PODEMOS**  
**Presidente**

  
**José Carlos David - PDT**  
**Vice-Presidente**

  
**Adriano Soares Correa - PSB**  
**Secretário**





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**JUSTIFICATIVA**

A proposta reflete a busca pela valorização dos vereadores e servidores através da concretização do direito à saúde, pilar do desenvolvimento humano.

Sem dúvidas, os benefícios citados direcionados aos membros e servidores públicos constituem garantias que devem ser buscados permanentemente pela Administração Pública.

Ainda, destaca-se que a promoção da assistência médica, hospitalar e terapêutica auxilia no combate e mitigação do agravamento de enfermidades e patologias. Igualmente, não se pode olvidar das inúmeras doenças que rotineiramente ocasionam aposentadorias, afastamentos e o desenvolvimento de doenças ocupacionais em ambientes laborais que, em muitos casos, poderiam ser evitados por meio de diligências preventivas que são alcançadas com o auxílio de recursos médicos.

Esse processo de assegurar uma melhor condição financeira direcionada aos custos de saúde possui reflexos significativos no contexto laboral, pois é por intermédio de sua materialização que os profissionais podem desenvolver com qualidade as atividades deste Parlamento.

**Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 27 de novembro de 2023.**

**Arnildo Gehhardt N- PODEMOS**  
**Presidente**

**José Carlos David - PDT**  
**Vice-Presidente**

**Adriano Soares Correa - PSB**  
**Secretário**



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

**PROJETO DE LEI 24/2023 – PODER LEGISLATIVO**  
**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO – ART. 16 e 17 LRF**

Trata-se de demonstração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro trazido pela eventual aprovação do Projeto de Lei nº 24/2023 que institui o auxílio-saúde aos servidores efetivos, comissionados e Membros da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

A instituição de R\$ 1.200,00 a título de auxílio saúde levaria em conta o atual quantitativo de servidores e vereadores que é de 30 nos anos de 2023 e 2024, acrescido de mais 2 vereadores e 2 potenciais servidores nomeados referente a cargos vagos, para o exercício de 2025. Assim, a tabela 1 demonstra para o exercício atual e dois subsequentes, o impacto orçamentário-financeiro da despesa aumentada pelo PL, na dotação 01.001.01.031.0001.20001.3390.

	2023	2024	2025
<b>Criação de despesa continuada</b>	72.000,00	432.000,00	489.600,00

**Tabela 1** – Despesa gerada pela aprovação do projeto de lei. Valores expressos em reais.

Levando em consideração a reestimativa apresentada e o valor fixado na lei 1.516/2022 (LOA/2023), após a aprovação do projeto de lei em questão haveria necessidade de suplementação por da realocação de recursos entre as dotações com saldo disponível.

É importante salientar que a despesa com auxílio saúde não é considerada despesa com pessoal, já que tem caráter indenizatório, não compondo o cálculo de limites com folha de pagamento e gasto com pessoal previstos na legislação. Eventuais correções inflacionárias não estão no bojo da estimativa, uma vez que dependem de edição de lei específica que trará consigo seus impactos.

A expansão de despesas será suportada com a previsão de aumento da receita arrecadada pelo município de Diamantino, aliada à previsão de aumento do duodécimo recebido pelo Poder Legislativo conforme as metas estabelecidas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024. Para 2025, o duodécimo foi considerado o valor previsto para 2024 corrigido pela meta de inflação para 2024 pelo CNM, que é de 3,25%. Assim, ponderando que os valores de duodécimo já estão previstos nas metas estabelecidas, a despesa criada não afetará as metas de resultados fiscais. Os dados da previsão de aumento da receita e duodécimo estão demonstrados na tabela 2.

	2023	2024	2025
Previsão Receita Municipal	185.320.280,80	191.704.889,00	207.337.021,00
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	7.148.872,29	9.560.252,90	9.870.961,12

**Tabela 2** – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo. Valores expressos em reais.

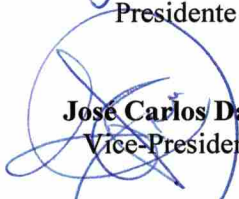
Assim, **considerando as atuais estimativas apresentadas**, demonstra-se que há suporte orçamentário-financeiro para as despesas oriundas do projeto de lei que institui o auxílio-saúde aos servidores efetivos, comissionados e Membros da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

Diamantino/MT, 27 de novembro de 2023

  
**Arnildo Gerhardt Neto**  
Presidente

  
**José Carlos David**  
Vice-Presidente

  
**Adriano Soares Correa**  
Secretário



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**Arnildo Gerhardt Neto**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às determinações dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO, nos termos da legislação vigente, existir adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes para tramitação do Projeto de Lei n.º 024/2023, que institui o auxílio-saúde aos servidores efetivos, comissionados e Membros da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

Diamantino/MT, 27 de novembro de 2023

  
**Arnildo Gerhardt Neto**  
Presidente